

## CADERNO DE RESUMOS DA COMUNICAÇÃO COORDENADA 4

<b>Sessão:</b> CC_04A	
<b>Horário:</b> 06/10/2016 das 17:00h às 18:30h	
<b>Local:</b> Auditório 1 da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE)	
<b>Título da comunicação coordenada (submissão 132)</b> Desenvolvimento territorial sustentável, ambiente e inovação	
<b>Eixo temático:</b> Desenvolvimento social e inovações	
<b>Participantes</b>	<b>Afiliação</b>
Haruf Salmen Espindola (Coordenador)	Universidade Vale do Rio Doce
Professor Titular da Universidade Vale do Rio Doce – Univale. Licenciado em História pela UFMG, Mestre em História Política pela UnB e Doutor em História Econômica pela USP. Entre outras publicações destacam-se os livros <i>Ciência, Capitalismo e Globalização</i> (Editora FDT); e <i>Sertão do Rio Doce</i> , (Editora EDUSC/Instituto Terra/ Univale). Pesquisador do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Gestão Integrada do Território – GIT/Univale. Foi coordenador de curso, chefe de departamento, diretor de Faculdade e Vice-Reitor da Univale. É membro do GT de História Ambiental da Associação Nacional de História – ANPUH.	
Luiza Salles	ONG ECOANZOL
Diretora da Ecoanzol e do Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (CBH BPSI). Desenvolve o projeto Olhos D'água de reflorestamento e conservação com foco na produção de água: trata-se de um projetos de pagamentos por serviços ambientais - PSA hídrico, cuja metodologia é um piloto de tecnologia social inovadora, que propõe o PSA como ferramenta de governança territorial.	
Nilza Franco Portela	ONG ECOANZOL
Geografa pela Universidade de Cruz Alta (1996), com pós-graduada em Ciência Política (2000) e mestrado em Planejamento Regional e Gerência de Cidades (UCAM-2005). Atua como Coordenadora da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares (ITEP) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).	
Edvaneu Jorge da Silva	Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial
Agrônomo pela Universidade Vale do Rio Doce (2004); responsável técnico da C&E Consultoria Rural Ltda-ME. Tem experiência na área de desenvolvimento territorial rural. Atuou como técnico da Cooperativa de Prestação de Serviço Técnico da Reforma Agrária do Esp. Santo, COOPTRAES; foi agrônomo do Centro Agroecológico Tamanduá - CAT; atuou como técnico da Prefeitura de Governador Valadares; atuou como agrônomo na Prefeitura de Sardoa-MG; atualmente é o Assessor Territorial de Inclusão Produtiva (ATIP) do NEDET/TMRD, como bolsista técnico do CNPq.	
Gabriel Pimenta Fernandes	Instituto Federal de Minas Gerais / Governador Valadares
Graduando no curso de Tecnologia em Gestão Ambiental pelo Instituto Federal de Minas Gerais campus Governador Valadares; bolsista de Iniciação pelo CNPq, respondendo pela documentação e acompanhamento da participação popular do Território Médio Rio Doce – NEDET/TMRD.	
Diego Dantas Amorim	Instituto Federal de Minas Gerais / Governador Valadares
Professor do Instituto Federal Minas Gerais – IFMG, campus de Governador Valadares, MG. Agrônomo pela Universidade Vale do Rio Doce; Mestrado em Agricultura Tropical pela Universidade Federal do Espírito Santo. Atuou como agrônomo do Centro Agroecológico Tamanduá – CA. Tem experiência na área de produção e comercialização de forragicultura e frutos.	

Islaê Alves de Oliveira Pires	
Graduada e pós-graduada em História pela PUC-MG; pós-graduação em Gestão Ambiental; atuou na Fundação Ezequiel Dias; foi vice-prefeita do Município de São Pedro do Suaçuí. Atuou como Assessora Territorial pelo PRONAT, no território Rural do Alto Suaçuí Grande/MG. Foi Assessora de Gestão Social no projeto NEDET/TMRD, com bolsa técnica do CNPq.	
Mauro Augusto dos Santo	Universidade Vale do Rio Doce
Professor Adjunto da Univale, onde coordena o GIT/Univale. Doutor em Demografia pela UFMG, com pós-doutorado em Migrações pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (2014). Tem experiência na área de migração, população, meio ambiente e planejamento regional. É associado da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) e da International Union for Scientific Studies of Population (IUSSP).	
Thamiris da Silva Duarte	Universidade Vale do Rio Doce
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Vale do Rio Doce; bolsista de iniciação científica pela FAPEMIG.	
<b>Resumo Geral</b>	
As comunicações coordenadas apresentam duas experiências de desenvolvimento territorial sustentável: o projeto Olhos D'água desenvolvido pela ONG Ecoanzol; e o Território Médio Rio Doce – TMRD, acompanhado pelo projeto Núcleo de Extensão de Desenvolvimento Território – NEDET, financiado pelo CNPq. O projeto Olhos D'água foca a questão dos recursos hídricos, por meio de unidades demonstrativas, com práticas integradas de recuperação e conservação. As ações são financiadas pela Associação Pró-gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul (AGEVAP), em parceria direta com a Associação de Agricultores 25 de Março. O projeto busca novas metodologias para a recuperação de recursos hídricos, onde o solo e vegetação foram degradadas. O público alvo são agricultores familiares e agentes públicos. O projeto se expande com outros parceiros, por meio da unidade gestora do projeto, além de conseguir a adesão de pesquisadores. O TMRD, criado em 2003, foi um dos primeiros no Brasil dentro do Programa de Territórios Rurais – PRONAT, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário- SDT/MDA. O TMRD se localiza na região leste de Minas Gerais e é integrado por 20 municípios. A criação do TMRD resultou das ações de movimentos sociais rurais que se articularam, a partir da ONG Centro Agroecológico Tamanduá - CAT, cabendo-lhes mobilizar as prefeituras dos municípios que constituíram o território. Com a conquista dos primeiros equipamentos, veículos e máquinas surgiram os conflitos com o poder público, levando a desarticulação do território. Em 2014, o MDA apoiado pelo CNPq, com o projeto NEDET buscou vincular as Universidades aos territórios rurais, para viabilizar sua rearticulação. Assim, desde meados de 2014, o Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Gestão Integrada do Território coordena o esforço do NEDET/TMRD para se rearticular territorialmente, por meio do restabelecimento do consenso e cooperação entre a sociedade civil e o poder público.	
<b>Resumo individual 1</b>	
<b>Autores:</b> Luiza Salles e Nilza Franco Portela	
O Projeto Olhos D'água é desenvolvido pela ONG Ecoanzol, com foco em Recursos Hídricos - PSA Hídrico, por meio de unidades demonstrativas, com práticas integradas de recuperação e conservação de 43 ha de Áreas de Preservação Permanente (APP), na sub-bacia 5004 Itaocara-Foz, da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, em três localidades do município de Carapebus/RJ, onde estão 34 propriedades rurais de assentados. Suas ações são executadas em parceria com a Ecoanzol, financiadas pela Associação Pró-gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul (AGEVAP), em parceria direta com a Associação de Agricultores 25 de Março. O Projeto busca novas metodologias para a recuperação de recursos naturais hídricos, onde o solo e vegetação foram degradadas e continuam com atividades econômicas de exploração agropecuária, além de construir uma experiência de gestão participativa com todos os atores participantes. O público alvo são agricultores familiares e agentes públicos, envolvendo cerca de 60 pessoas nesta etapa, considerados os principais agentes de transformação. Pelo monitoramento e avaliação, os primeiros resultados positivos foram as mudanças nas práticas de intervenção dos recursos naturais e o comprometimento com as tomadas de decisões sobre rumos do projeto, criando um empoderamento popular reconhecível. O projeto se expande com outros parceiros, por meio da Unidade Gestora do Projeto, como o PARNA Jurubatiba, IFFluminense, EMATER, CBH/BPSI e ProAmbiental, além de pesquisadores, que, para além da intervenção no campo, com foco em	

reflorestamento e conservação, defendem a concepção do Projeto como ferramenta educativa e integradora, que proporcione o entendimento da verdadeira importância da preservação ambiental e produção hídrica, desmistificando a afirmação constante no meio de que o produtor está perdendo terra para conservar. As ações iniciais estão propostas para 24 meses e são realizadas por meio de módulos que passam pela mobilização e sensibilização, formação, gestão, monitoramento e avaliação

### **Resumo individual 2**

**Autor:** Edvaneu Jorge da Silva

No primeiro semestre de 2003, o governo federal cria a Secretaria de Desenvolvimento Territorial vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA). Tem início o Programa Territórios Rurais de Identidade (PTRI), cuja ferramenta para aplicação de recursos financeiros é o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT). A finalidade do financiamento não reembolsável aos projetos produtivos localizados territorialmente visava atender comunidades de agricultores familiares ou comunidades tradicionais. O PRONAT deveria atuar para redução da pobreza rural, ao fomentar as atividades econômicas, a cooperação e as práticas solidárias entre as famílias. Para isso seria preciso constituir uma entidade denominada de Território, da qual fariam parte a sociedade civil e o poder público municipal, além de órgãos públicos estaduais localizados nesses municípios. O Território Médio Rio Doce – TMRD foi criado no segundo semestre de 2003, depois de três meses de oficinas territoriais, articuladas e coordenadas pelo Centro Agroecológico Tamanduá - CAT, ONG com sede na cidade de Governador Valadares, MG. O objetivo dessa comunicação é avaliar o TMRD, por meio dos projetos implantados, apontando seus pontos forte e fracos, bem como os fatores que levaram a sua desarticulação. Entre os fatores levantados pelos membros do Grupo Gestor do TMRD para sua desarticulação sobressaem a dependências em relação ao poder público, pois os recursos são repassados para as prefeituras; a baixa consciência ambiental; o esvaziamento do campo; e a rotatividade de pessoal técnico do SDT/MDA. Apesar das dificuldades, alguns projetos conseguiram sucesso. Em 2015, a FETAEMG-Polo Valadares assumiu a Secretaria Executiva e, com a assessoria do NEDET/TMRD, apoiado pela Univale, se retomou o processo de articulação territorial. A expectativa é conseguir o funcionamento do território por meio da auto-organização, independente do NEDET. Apoio: FAPEMIG; CNPq.; MDA/SDT; GIT/Univale.

### **Resumo individual 3**

**Autor:** Gabriel Pimenta Fernandes

O presente trabalho fez o levantamento da participação social no Território Médio Rio Doce - TMRD, criado em 2003, a partir do Programa de Territórios Rurais – PRONAT, vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário-MDA, cuja finalidade é promover o desenvolvimento territorial rural sustentável. O TMRD se localiza na região leste do estado de Minas Gerais e é integrado por 20 municípios. O objetivo deste trabalho é avaliar a participação das prefeituras municipais, sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos sociais do campo e organizações não governamentais que estão envolvidas no grupo gestor e no colegiado territorial do TMRD. Para tanto, se utilizou atas e relatórios de atividades. O TRMR resultou da ação de entidades do movimento social rural e sindicatos de trabalhadores articulados pela ONG Centro Agroecológico Tamanduá – CAT, que serviu durante 10 anos como a secretaria executiva. No início do houve intensa participação social, inclusive com esforço coletivo para envolver as prefeituras. Os benefícios advindos dos projetos de infraestrutura, equipamentos, transporte e recursos para assistência técnica foram recebidos por meio das prefeituras municipais. Com a conquista desses benefícios surgiram os conflitos entre os representantes da sociedade civil e o poder público, levando a desarticulação do território. Esse histórico se tornou o principal entrave do projeto Núcleos de Extensão e Desenvolvimento Territorial (NEDET), financiado pela CNPq, cujo objetivo é apoiar os territórios rurais. Assim, desde meados de 2014, o esforço do NEDET se concentra na rearticulação do TMRD, por meio da superação da resistência das organizações sociais em relacionar com o poder público. Isso foi conseguido quando se acordou a prioridade de discutir o território que queremos; se recursou a concorrer aos projetos de infraestrutura (Proinf/MDA); e se iniciou a reestruturação coletivamente de uma identidade territorial. Apoio: FAPEMIG; CNPq.; MDA/SDT; GIT/Univale.

#### Resumo individual 4

**Autores:** Haruf Salmen Espindola, Mauro Augusto dos Santos e Thamiris da Silva Duarte

O governo federal, em 2003, criou a Secretaria de Desenvolvimento Territorial vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), implantando o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) com a finalidade de financiar projetos produtivos e atender comunidades de agricultores familiares ou comunidades tradicionais. No mesmo ano foi criado o Território Médio Rio Doce – TMRD, por meio da ação do Centro Agroecológico Tamanduá - CAT, ONG com sede na cidade de Governador Valadares, MG. O TMRD é composto pela Plenária Territorial, Grupo Gestor, Secretária Executiva e Núcleo Técnico. O Grupo Gestor, instância executiva, com apenas dois representantes do poder público (prefeitura de Valadares e EMATER-MG), foi controlado pelo movimento social do campo. Como o território não constitui de fato uma entidade jurídica, dois problemas surgiram com o recebimento dos primeiros benefícios. O primeiro foi o monopólio dos recursos pelo município que os recebia em nome do território. Isso desencadeou conflitos de poder no interior do território, desarticulando-o. O segundo foi gerado, principalmente, pelas formas de contratação de pessoal e falta de regularidade dos repasses financeiros, provocando prejuízos para o CAT, que ocupava a Secretaria Executiva e contratava. Em 2014, o TMRD se encontrava completamente desarticulado. O objetivo da comunicação é apresentar os resultados de dois anos de atuação do projeto Núcleo de Extensão de Desenvolvimento Território – NEDET no TMRD (2014-2016), conduzido pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Gestão Integrada do Território – GIT/Univale. Esse projeto é fruto da parceria do MDA e CNPq, cujo objetivo é oferecer o apoio de pesquisadores e suas Universidades aos territórios rurais e territórios da cidadania. A atuação do NEDET foi decisiva, ao promover o debate sobre o “território que queremos” e a identidade territorial, para superar a resistência e reestruturar coletivamente o TMRD. Apoio: FAPEMIG; CNPq.; MDA/SDT; GIT/Univale.

\*\*\*\*\*

**Sessão:** CC\_04B

**Horário:** 06/10/2016 das 17:00h às 18:30h

**Local:** Auditório 2 da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE)

**Título da comunicação coordenada (submissão 89)**

Para além da relação sociedade-natureza: o ambiente como categoria híbrida

**Eixo temático:** Ecologia e meio ambiente

**Participantes**

**Afiliação**

Camila Dellagnese Prates (Coordenadora)

Universidade Federal de Pelotas

Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Realiza pesquisa sobre Sociologia da Ciência e da Tecnologia e Sociologia da Questão Ambiental. Participa do grupo de pesquisa em Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS) <http://www.ufrgs.br/temas/index.php>

Felipe Vargas

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na linha de pesquisa Sociologia do Conhecimento. Integrante do grupo de Pesquisas TEMAS - Tecnologia e Meio Ambiente, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da UFRGS. Integrante do Grupo de Pesquisa Ciências na Vida: produção desconhecimento e articulações heterogêneas, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS. Exerce atividades extra-acadêmica no movimento ambiental do Rio Grande do Sul por meio da Organização Não Governamental Ingá (Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais).

Raoni Rajão

Universidade Federal de Minas Gerais

Raoni Rajão é Professor de Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia no departamento de Engenharia de Produção da UFMG e membro do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção (linha Estudos Sociais da Tecnologia e Expertise) da mesma instituição. Ele também atua nos programas de Pós-Graduação em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais (UFMG), e Social and Political Sciences of the Environment (Radboud University/Holanda), tendo já participado como co-orientador nos programas de pós-graduação em Educação (UFMG), História (UFMG) e Sustainability Leadership (Cambridge University/Inglaterra). Ele é graduado em Ciência da Computação pela Universidade de Milão-Bicocca (Itália) e Mestre e Doutor em Organização, Trabalho e Tecnologia pela Universidade de Lancaster (Inglaterra). Desde o mestrado se dedica ao estudo da relação entre tecnologia, ciência e políticas públicas, com ênfase na avaliação de políticas de controle do desmatamento e de pagamento por serviços ambientais. Raoni já atuou como consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Cooperação-técnica Alemã (GIZ) e Banco Mundial e publicou capítulos de livros e artigos científicos no Brasil e exterior. Atualmente coordena dois projetos de pesquisa financiados pelo CNPq e FAPEMIG.

Camilla Marcolino

Universidade Federal de Ouro Preto

Camilla Marcolino é Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção da UFMG, com doutorado sanduíche na Radboud University Nijmegen - Países Baixos. Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Ecologia Conservação e Manejo de Vida Silvestre - ICB / UFMG. Graduada em Ciências Biológicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mais de cinco anos de experiência em coordenação de projetos de pesquisa. Atualmente trabalho com modelos de valoração de carbono florestal para implantação de programas REDD.

### Resumo Geral

O objetivo dos trabalhos propostos é o de estabelecer uma conversa entre as questões comumente chamadas de “sociais” e o atual cenário de problemas físicos, químicos e biológicos que são apresentados pelas ciências “naturais”. O que acontece quando megaprojetos, tais quais a construção da hidrelétrica Belo Monte ou a instalação de minas no Peru mobilizam, junto com o aparato tecnocientífico, a política nacional, a condição do trabalho, a partilha do território e as lutas por autonomia? Como pensar a prática científica entrelaçada aos saberes locais para a conservação da biodiversidade na Amazônia? A separação entre sociedade e natureza, teria alguma pertinência em cenários tão complexos quanto esses? Os trabalhos estão ancorados em quadros conceituais dos Estudos Sociais da Ciência e da Técnica, mais especificamente, no referencial latouriano. Eles refletem, de modo geral, acerca do que resta desta fronteira moderna entre o construído e o real, o objetivo e o subjetivo, o vivo e o inerte. Nesse sentido, essa proposta busca responder: (i) quais limitações são geradas pela purificação de qualidades ditas inerentes aos seres humanos e das pertencentes ao “meio social”? Como os efeitos gerados por essa distinção atuam em diferentes situações-problemas no nosso país e na América Latina em geral? O argumento central é de que esta divisão não consegue gerar dados inovadores sobre os casos empíricos mencionados porque a complexidade da realidade deveria ser analisada na processualidade da transformação do ambiente por meio de tradutores heterogêneos (cientistas, Organizações Não Governamentais (ONG’s), processos judiciais). O ambiente é categoria-chave na leitura destes fenômenos porquanto guarda latente a não divisão a priori do mundo entre sociedade e natureza. Este e outros conceitos são compreendidos nesta abordagem de forma situacional, ou seja, por meio da conjuntura de sua emergência empírica, privilegiando a análise das particularidades sociais, históricas, políticas e econômicas de cada caso.

### Resumo individual 1

**Autora:** Camila Dellagnese Prates

O presente estudo propõe uma reflexão sobre as transformações ambientais geradas pela construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte (UHEBM). Para tanto, utiliza-se como escopo de análise a controvérsia instalada, ao longo do licenciamento ambiental, pelo estabelecimento de um hidrograma de consenso para regular a vazão do rio Xingu, após a construção da Usina. O hidrograma de consenso é uma das condicionantes ambientais essenciais que possibilitam a viabilidade ambiental da obra. Por meio dele regulariza-se a vazão que é destinada ao trecho de 97 Km, local de moradia de ribeirinhos e indígenas, conhecido como Volta Grande do Xingu. Parte-se deste empírico para mapear se a controvérsia tecnocientífica funciona como um inibidor ou como articulador das demandas da população local, quais sejam, o anseio por reassentamentos em locais considerados satisfatórios ao meio de vida da população local e tradicional como ribeirinhos e indígenas (longe de áreas de risco e nas proximidades do rio), manutenção da biodiversidade e dos provimentos essenciais à vida na Volta Grande. Evidencia-se que essas demandas, na denúncia de alguns tradutores (cientistas, estudos “insubordinados” à NESA, processos judiciais, condicionantes ambientais), estão sendo tangenciadas pelo

empreendedor, a Norte Energia. O objetivo desta reflexão é trazer à tona uma discussão controversa sobre as estratégias utilizadas pela tecnociência para encerrar um modelo “natural” sobre o uso da água do rio Xingu, quando esse claramente é co-produzido por redes heterogêneas e complexas. A reflexão se dará sobre as incursões teóricas sobre objetividade científica, proposta por Sandra Harding (2015), e pela diluição das fronteiras da sociedade e natureza, proposta por Latour (1994, 2008).

### **Resumo individual 2**

**Autor:** Felipe Vargas

Este estudo aborda a temática da conservação da biodiversidade no norte da Amazônia brasileira, especificamente no estado de Roraima (RR), tendo em vista as maneiras pelas quais as práticas de conhecimento e os modos de engajamento são estabelecidos entre pesquisadores das chamadas "ciências da vida" e as "comunidades locais". A discussão é baseada nas interações postas em ação entre estes atores a partir das derivas do método científico chamado RAPELD (MAGNUSSON et al, 2005). Durante mais de oito meses foram acompanhados oito tipos diferentes de estudos em dois locais, o Parque Nacional de Viruá (Caracará/RR) e a Estação Ecológica de Maracá (Alto Alegre/ RR), sendo quatro em cada uma destas Unidades de Conservação (UC). A grade RAPELD foi instalada entre 2005-2006 em ambos sítios. Trata-se de um complexo de trilhas e parcelas permanentes em meio à floresta que, ao longo dos anos não só permite a coleta de dados padronizados como ressignifica a relação entre ciência e lugar. Aponto que essa nova relação se impõe como um processo de ambientação, que denuncia o dever entre sociedade-natureza por meio dos sentidos que se fazem presentes na experiência de pesquisa, passando pelo material (estar em um lugar) e pelo afetivo (sentir o lugar). Especula-se que a ameaça à biodiversidade é formulada e endereçada a um ambiente cuja escala espaço-tempo é extensiva, mas que, paradoxalmente, necessita e recobre um ambiente de escala espaço-tempo intensiva. Sugere-se que ambas as construções de apreensão do espaço-tempo se concretizam por meio de práticas de corporificação (faire corps) que pontuam o processo de produção do conhecimento sobre a biodiversidade. A questão que emerge é, portanto, o modo pelo qual o problema da “crise de extinção da biodiversidade” é atualizado por este entrelaçamento do corpo ao ambiente desde a chegada da grade RAPELD.

### **Resumo individual 3**

**Autores:** Camilla Marcolino e Raoni Rajão

O desmatamento é uma das principais causas das mudanças climáticas em escala global, visto a grande quantidade de CO2 emitida pela mudança do uso do solo, contribuindo assim para o efeito estufa. No cenário mundial, o programa de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD+) vem ganhando grande espaço. Organizações sem fins lucrativos e instituições de pesquisa tem assumido um papel importante nesse mercado de carbono desenvolvendo metodologias que visam padronizar e dar credibilidade a esse mercado. Ao mesmo tempo, países com grande interesse em comprar o crédito de carbono dos países amazônicos investem em pesquisa e tecnologia para criar metodologias confiáveis a atender o mercado não voluntario priorizando as metodologias de MRV (monitoramento, replicação e verificação). Esse mercado de carbono só existe por que é cada vez maior o número de empresas disposta a pagar para compensar suas emissões de carbono. Mas, como os projetos de REDD+ transformam a floresta em créditos de carbono reconhecidos internacionalmente? E o que leva uma empresa a comprar esses créditos gerados por projetos REDD+? O objetivo desse artigo é mostrar como que algo imóvel e profundamente local como o carbono florestal se transforma em crédito de carbono, algo móvel porem imutável. Para alcançar esse objetivo vem sendo usado o conceito de referência circulante nos dados coletados através de estudo etnográfico, análise de documentos e entrevistas. O estudo busca inspiração na Teoria Ator-Rede para compreender as múltiplas inscrições, traduções, alinhamentos que permitem tentar descrever o surgimento de uma tonelada de carbono provinda do desmatamento florestal, o estabelecimento de projetos de REDD\_ e a venda, para empresas, desse carbono gerado através do desmatamento evitado.

\*\*\*\*\*

<b>Sessão: CC_04C</b>	
<b>Horário: 06/10/2016 das 17:00h às 18:30h</b>	
<b>Local: Auditório 3 da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE)</b>	
<b>Título da comunicação coordenada (submissão 83)</b>	
Acidentes de trânsito que não são acidentes	
<b>Eixo temático: Espaço urbano e violência</b>	
<b>Participantes</b>	<b>Afiliação</b>
Eliane Dias Gontijo (Coordenadora)	Universidade Federal de Minas Gerais
Professora Titular da Faculdade de Medicina da UFMG, lotada no Departamento de Medicina Preventiva e Social. Graduação em Medicina (1973). Doutorado em Medicina Tropical FMUFMG(1989). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação Promoção de Saúde e Prevenção de Violência. FMUFMG	
Beatriz Oliveira	Departamento de Estradas de Rodagem
Graduada em Direito pela Universidade Católica de Minas Gerais (2007) e graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (1987). Mestre em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência pela Faculdade de Medicina da UFMG (2016). Coordenadora do Núcleo de Contratos da Gerência de Tecnologia da Informação e Comunicação do DER-MG - Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais. Participante do Grupo de Pesquisa sobre o Trânsito do Núcleo de Promoção de Saúde e Prevenção da Violência do Departamento de Medicina da UFMG.	
Rosely Fantoni	Departamento de Estradas de Rodagem
Mestre em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência pela Faculdade de Medicina da UFMG. Graduada e Licenciada em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras UFMG. Especialista em Educação Ambiental, Psicologia Organizacional e do Trabalho e Psicologia de Trânsito. Chefia a Gerência de Educação para o Trânsito do DER.MG - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais. Presta consultoria, desenvolve projetos, realiza palestras e ministra cursos nas áreas de segurança, psicologia e educação para o trânsito. Membro da Câmara Temática de Educação para o Trânsito e Cidadania do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN de 2004 a 2014. Participa do Grupo de Pesquisa sobre Trânsito do Núcleo de Promoção de Saúde e Paz da Faculdade de Medicina da UFMG.	
Marcos Vinicius da Silva	BHTRANS
Mestre em promoção da Saúde e Prevenção da Violência pela UFMG (2016), Graduado em Tecnologia de Processos Gerencias pelo Centro Universitário UMA (2010). Professor há 18 anos em Mobilidade Urbana e Educação para o Trânsito. Trabalha com planejamento e gestão de Trânsito na BHTRANS - Empresa Gestora do Trânsito de Belo Horizonte, há 24 anos, onde desenvolveu e coordenou projetos de Segurança e Educação para a mobilidade e nos últimos 13 anos exerce o cargo de Supervisor da Gerencia de Pesquisa. Inovação e Informação. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Trânsito do Núcleo de Promoção de Saúde e Prevenção da Violência do Departamento de medicina Preventiva Social da UFMG.	
<b>Resumo Geral</b>	
A proclamação, pela ONU, do período de 2011 a 2020 como a Década Mundial de Ação pela Segurança no Trânsito, estimulou esforços globais para conter e reverter a tendência crescente de fatalidades e ferimentos graves e m acidentes no trânsito e alcançar a meta de redução pela metade do número de fatalidades no trânsito mundial, até 2020. Os acidentes de trânsito (AT) representam relevante problema global de saúde pública. Estima-se que, por ano, 50 milhões de pessoas sofrem lesões e sequelas decorrentes de AT e ocorra 1,3 milhão de óbitos, no mundo, sendo que 62% concentram-se em dez países. O Brasil ocupa a sinistra quinta posição, com o número de mortos e feridos graves ultrapassando 150 mil vítimas ao ano e gastos totais relacionados aos acidentes em torno de R\$ 28 bilhões anuais. Os altos custos sociais decorrem da assistência e demais cuidados necessários para a recuperação da saúde, de perdas materiais, despesas previdenciárias, além do imensurável sofrimento das vítimas e seus familiares. A implantação do Código de Trânsito Brasileiro em 1998, a criação de leis complementares, o controle municipal do trânsito, a melhoria da segurança dos veículos e a fiscalização eletrônica, apesar de importantes iniciativas, ainda são insuficientes para reduzir, de modo significativo, as mortes e as incapacidades. A UFMG como parceira do Projeto Viva no Transito endossa seus objetivos de fortalecer as políticas intersetoriais	

de prevenção de lesões e mortes no trânsito por meio da qualificação das informações, identificação dos fatores de risco principais e os grupos de vítima mais vulneráveis, planejamento, monitoramento e avaliação das intervenções. Assim, a proposta dessa Comunicação Coordenada é apresentar os resultados de três dissertações defendidas no Programa de Pós Graduação em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência da FMUFMG. Pretende-se discutir os acidentes de trânsito ocorridos no sistema de transporte público de passageiros da região metropolitana de Belo Horizonte, no período de 2012 a 2015, o efeito da implantação da lei seca, em 2012 e a violência vivenciada cotidianamente pelo passageiro no serviço de transporte público por ônibus.

#### **Resumo individual 1**

**Autora:** Beatriz Oliveira

O estudo analisou os acidentes de trânsito ocorridos no Sistema de Transporte Metropolitano da Região de Belo Horizonte-STMBH, entre 2012 e 2015. Utilizou-se dados provenientes dos Registros de Eventos de Defesa Social – REDS, preenchidos no local do acidente, pela Polícia Militar ou Civil e dados do Sistema da BHTRANS, denominado BH10. No Sistema REDS verificou-se 13.499 acidentes de trânsito com ônibus do STM - entre 2012 a 2015, que envolveram 26.854 pessoas, sendo 15.839 (59%) vítimas, representando uma vítima em cada 1,7 acidentes, com 49 óbitos em 46 acidentes fatais. No sistema BHTRANS foram registrados 22.301 acidentes, sendo 4.235 (19%) com vítimas. Observou-se aumento da taxa de acidentes no período, variando de 4,5 a 7,2 por dez mil viagens. Entre os envolvidos, predominaram homens (83%) entre 30 a 39 anos e as mulheres (69%) entre as vítimas. Causas ligadas ao condutor foram responsáveis por (39%) dos acidentes, com expressivo aumento em 2015 (62%). Acidentes foram mais frequentes na segunda-feira, no turno diurno. As lesões fatais ocorreram mais na madrugada, por causas relacionadas aos veículos, em especial nas avenidas Amazonas, Cristiano Machado e Antônio Carlos. Mais da metade dos acidentes (67%) ocorreu por colisão e abalroamento. Observou-se associação significativa entre os acidentes com lesões graves e fatais e causas relacionadas ao veículo, enquanto os acidentes sem lesões aparentes estão associados aos fatores referente à via ou ao condutor. Os desafios para o enfrentamento dos acidentes de trânsito incluem abordagem intersetorial e interdisciplinar, com ênfase no cumprimento das leis, investimento em infraestrutura segura nas estradas e vias urbanas e controle do excesso de velocidade. Os veículos devem ser avaliados regularmente em relação ao ano de fabricação, condições mecânicas, manutenção diária e estado de conservação. Acidentes são preveníveis, com monitoramento e implementação de políticas públicas eficientes na obtenção da redução do seu impacto sobre a saúde da população.

#### **Resumo individual 2**

**Autora:** Rosely Fantoni

Uma das grandes iniciativas para a redução das vítimas de acidentes de trânsito no Brasil foi a restrição legal ao consumo de álcool por condutores de veículos automotores. O estudo busca investigar se ocorreram mudanças nas séries temporais da mortalidade no trânsito nas cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, no contexto dessa implantação. Foram estudadas séries temporais do número de óbitos ocorridos no trânsito das cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, de 1980-2012, com dados do Ministério da Saúde, SIH-DATASUS. Efetuou-se regressões lineares interrompidas, tendo como limite o ano de promulgação da “Lei Seca” (2008). A tendência linear das taxas de mortalidade específica por acidentes de trânsito após a promulgação foi comparada com a tendência prevista pelos óbitos registrados nos anos anteriores, separadamente em cada capital. Observou-se que em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro não houve tendência significativa de alteração dos coeficientes de mortalidade de 1980 a 2007. Assim como, após 2008 até 2012, as taxas observadas não se mostraram significativamente distintas daquelas esperadas. Em São Paulo, as taxas já apresentaram tendência decrescente antes da “Lei Seca”. Após a medida, verificou-se a manutenção da redução, sem alteração no ritmo. Após 4,5 anos de implantação da “Lei Seca”, não foi possível observar uma redução significativa das taxas de mortalidade por acidentes de trânsito, em nenhuma das três grandes capitais do sudeste. As reduções, em termos absolutos, observadas no Rio e em São Paulo, seguem as tendências prévias. Outros fatores determinantes podem estar envolvidos, como o aumento da densidade do trânsito urbano, as melhorias na infraestrutura viária e na segurança dos veículos e a aplicação do Código Brasileiro do Trânsito.

#### **Resumo individual 3**

**Autor:** Marcos Vinicius da Silva

Nos atuais dias, a inadequação da qualidade dos serviços de transportes públicos representa enorme desafio para a mobilidade urbana, por ser um dos principais fatores que estimulam o uso do transporte individual. O comportamento de motoristas e cobradores influencia na qualidade do serviço de transporte coletivo. As



reclamações registradas na BHTRANS identificam as atitudes dos operadores como causa recorrente de violação dos direitos dos usuários desse serviço. Como prestadores de serviço, espera-se que desenvolvam as atividades de maneira adequada. A violação e os prejuízos sociais, que os cidadãos sofrem quando seus direitos de ir e vir com qualidade e segurança, são materializados por meio das atitudes dos operadores e pela negligência dos órgãos gestores no controle e fiscalização do serviço. O estudo analisou 430.000 reclamações registradas no banco de dados RS da BHTRANS, entre 2011 e 2015. As principais queixas foram referentes ao comportamento inadequado do operador (hostilidade, agressões físicas e verbais) e corresponderam a 101.042 (31.8%) do total, e foram classificadas em onze grupos de comportamento. Concluiu-se que pouca ênfase é dada em relação à satisfação dos usuários ou dos próprios operadores para a motivação e entrega de um serviço que atenda as expectativas e direitos dos usuários. Recomenda-se a adoção de políticas de empoderamento do usuário com utilização de indicadores de satisfação e a adoção de planos de ações estratégicos ao combate desta violação.

\*\*\*\*\*

<b>Sessão: CC_04D</b>	
<b>Horário: 06/10/2016 das 17:00h às 18:30h</b>	
<b>Local: Auditório 4 da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE)</b>	
<b>Título da comunicação coordenada (submissão 107)</b>	
O urbanos e as violências no espaço: imagens	
<b>Eixo temático: Espaço urbano e violência</b>	
<b>Participantes</b>	<b>Afiliação</b>
Frederico Canuto (Coordenador)	Universidade Federal de Minas Gerais
<p>Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1B - CA SN - Saúde Coletiva e Nutrição, é médica, professora titular de epidemiologia e saúde pública da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais e líder do Grupo de Pesquisa em Epidemiologia/Observatório de Saúde Urbana de Belo Horizonte (OSUBHGPE). Pesquisadora 1B do CNPq, tem mestrado em Saúde Pública (saúde internacional e epidemiologia) pela Johns Hopkins University (JHU)- Bloomberg School of Public Health, doutorado em Parasitologia, área de concentração epidemiologia, pela Universidade Federal de Minas Gerais e pós-doutorado em epidemiologia na JHU. Foi presidente da International Society for Urban Health (ISUH) da New York Academy of Medicine, no período de 2011 a 2014 e "past-president" de 2014-2015. Presidiu a 10a. Conferência Internacional de Saúde Urbana, de 1-5 de Novembro de 2011 em Belo Horizonte, Brasil (<a href="http://www.icuh2011.org">www.icuh2011.org</a>). É membro do Comitê Diretivo do Instituto Internacional de Saúde Global da Universidade das Nações Unidas (UNU International Institute for Global Health (2015 a 2019)). É pesquisadora da Rede Latinoamericana e do Caribe em Saúde Urbana (LAC). Pertence ao corpo editorial do Journal of Urban Health e do The International Journal of Drug Policy. Atua principalmente nos temas: saúde urbana; determinantes sociais da saúde com foco na área urbana; avaliação de intervenções urbanas na saúde das populações (originárias ou não do setor saúde); doenças transmissíveis (dengue, toxoplasmose) e não transmissíveis (obesidade, DCV, HA); uso de drogas e suas consequências em relação às infecções como Hepatites B, C e HIV/Aids. Orienta alunos de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado em Programas de Pós-graduação. CV: <a href="http://lattes.cnpq.br/5554105445685933">http://lattes.cnpq.br/5554105445685933</a></p>	
Simone Cortezão	Universidade Federal de São João Del-Rei
<p>Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1A - CA SA - Arquitetura, Demografia, Geografia, Turismo e Planejamento Urbano e Regional possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1976), mestrado M Phil in Urban Planning - Architectural Association (1983), doutorado em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1995) e pós-doutorado no Departamento de Geografia da Universidade da Califórnia em Berkeley (1997/8). Atualmente é professor titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, tendo como principais áreas de pesquisa: planejamento urbano, geografia urbana, políticas públicas e implicações sócio-ambientais. Foi coordenadora do GT População e Meio Ambiente da Associação Brasileira de Estudos</p>	

Populacionais (2000-2002) e presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (2003-2005). Participa de conselhos editoriais de periódicos da área, entre os quais a Revista Geografias (UFMG). Editora Executiva da Revista da UFMG. Foi membro dos Conselhos Municipais de Política Urbana e de Habitação de Belo Horizonte. Pesquisadora do CNPq. Foi representante da área de PUR (2006-2009) e suplente da Área de Demografia (2011 - 2014) no Comitê de Assessoramento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do CNPq.

CV: <http://lattes.cnpq.br/5436929276473133>

Heloisa Soares de Moura Costa

Universidade Federal de Minas Gerais

Graduada (1986) e mestre (1992) em Geografia pela UFMG e doutora em Geografia pela Universidade de Montréal (2002). Professora Associada III da UFMG desenvolve pesquisas em Geografia Humana nas temáticas: geografia urbana, conflitos territoriais, A produção e organização sócio-espacial de áreas de proteção ambiental, representações sociais, ideologias, a atuação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e em Minas Gerais na construção do pensamento geográfico, a influência do livro *Através do Brasil* para a construção do pensamento geográfico escolar; Cursos de Geografia das Universidades Federais de Minas Gerais e de Uberlândia: memória dos docentes.

CV: <http://lattes.cnpq.br/0902990442915491>

Priscila Musa

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Graduada (1986) e mestre (1992) em Geografia pela UFMG e doutora em Geografia pela Universidade de Montréal (2002). Professora Associada III da UFMG desenvolve pesquisas em Geografia Humana nas temáticas: geografia urbana, conflitos territoriais, A produção e organização sócio-espacial de áreas de proteção ambiental, representações sociais, ideologias, a atuação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e em Minas Gerais na construção do pensamento geográfico, a influência do livro *Através do Brasil* para a construção do pensamento geográfico escolar; Cursos de Geografia das Universidades Federais de Minas Gerais e de Uberlândia: memória dos docentes.

CV: <http://lattes.cnpq.br/0902990442915491>

Lousie Ganz

Universidade Federal de Minas Gerais

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (1987), mestrado em Geografia e Análise Ambiental pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001) e doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (2006). Atualmente é representante da UFMG do Conselho consultivo da APA Sul da RMBH - IEF SEEMA MG, membro titular da congregação do IGC-UFMG do Instituto de Geociências da UFMG, membro titular do núcleo do curso de geografia do Instituto de Geociências da UFMG, professor da Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Biogeografia, atuando principalmente nos seguintes temas: paisagem, políticas públicas, conservação, meio ambiente e desenvolvimento rural. E sou pela democracia no Brasil.

CV: <http://lattes.cnpq.br/3439374916871672>

### Resumo Geral

Como coloca o filósofo francês Henri Lefebvre, o espaço urbano é um tecido sócio-político que se alastra e domina todos os espaços do globo. Sendo assim, o urbano não é sinônimo de cidade, mas todo espaço que se encontra recortado por relações de poder perpetradas pelo modo de produção capitalista. A partir desse entendimento, relações de poder espaciais onde a violência é perpetrada pelo Estado ou por outros agentes, como corporações ou movimentos sociais, não ocorrem apenas nas cidades, mas no campo, nos mares, nos vazios intencionais da mineração, no espaço de produção de imagens do mundo – o espaço fotográfico e fílmico. Ao abordar a questão do espaço urbano e violência, o que a mesa pretende discutir são os modos como nas mais diferentes espacialidades dentro do urbano a violência se produz e se propaga cotidianamente. O objetivo é discutir as imagens da violência nos espaços do urbano, trazendo a frente inclusive as próprias

imagens como reflexo e dispositivos críticos de tal relação. São quatro os trabalhos a serem apresentados: a partir dos movimentos pendulares da mineração e de seus produtos, serão desveladas as escavações e as disputas em terra como resultado do rearranjo da superfície terrestre; a partir dos movimentos multitudinários produzidos no calor do ano de 2013 no Brasil e ao longo dos anos 2000 pelo mundo, pretende-se discutir seus desdobramentos em espacialidades específicas e em novas lutas territoriais; a partir das imagens produzidas pelos movimentos de ocupação coletiva do espaço de uso público de Belo Horizonte e de diversas cidades do mundo, será apresentada uma investigação acerca da potência expressiva da imagem fotográfica a partir da análise da relação entre os seus agentes – fotógrafo, fotografado, espectador e camera; a partir das alternativas de propriedade sendo experimentadas pelo mundo em oposição à privada, pretende-se discutir novos modos de se produzir a vida urbana.

#### **Resumo individual 1**

**Autor:** Frederico Canuto

A irrupção de 2013 dada nas ruas do Brasil - as Jornadas de Junho, como muitos estudiosos as chamam - trouxe e expôs reverberações sócio-espaciais e políticas que podem ser sentidas até hoje no país - desde o surgimento de novas propostas de politização da cidade por coletivos e movimentos sociais até o recente impedimento da presidenta do país e ascensão da direita – e no mundo – a emergência de novas formações partidárias na Espanha e Grécia, a ascensão da direita na Europa e América, o declínio dos governos progressistas latino-americanos, um novo ciclo de lutas dos movimentos sociais no Brasil. Diz-se isso tanto porque emerge a partir de um histórico de lutas no chamado Sul Global, tomando o início do século XXI e as lutas anti-globalização como ponto visível inicial (mas que vem de muito antes, como efeito de lutas anti-colonialistas), como desdobra-se também como um acontecimento mundial na medida em que com a crise financeira de 2008 e outras particularidades, multiplicaram-se redes globais de luta políticas, sociais, econômicas, culturais e ecológicas. Para o presente recorte que se quer centrado no espaço da cidade e seus desdobramentos na luta urbana e que pensa um alcance macro geopolítico, pretende-se apresentar a pesquisa em andamento “Urbanismo de Guerra: Narrativas”, discutindo imagens, a política e contaminações pós-2013. O objetivo da apresentação é pensar 2013 como clímax de um processo multitudinário de guerra global que se arrasta desde sempre numa perspectiva histórica dos vencidos, usando aqui os termos de Walter Benjamin, sendo tanto produto de relações sócio-políticas com as espacialidades citadinas assim como produto das imagens produzidas a partir da mesma.

#### **Resumo individual 2**

**Autora:** Simone Cortezão

Esta comunicação consiste em discutir a mineração e as atuais travessias marítimas como formadoras e deformadoras do território. As escavações e as disputas em terra como resultado das informações geológicas que rearranjam toda a superfície e os mapas a cada descoberta, para o contínuo trânsito das matérias econômicas. Nas travessias marítimas, os descobridores formavam o desenho das fronteiras. Os navios, assim, foram avançando e os mapas delimitando e legitimando os territórios, como cartas de propriedade. Nesse sentido, Gilles Tiberghien nos conta sobre os <<espaços em branco>> deixados nos mapas e atlas, como pausas - as terras inexploradas, talvez, “como medida de precaução para um dia serem preenchidas”. “Hoje, eles desapareceram totalmente, reprimidas pelo olho panóptico dos satélites.” Na imensidão da superfície, quem vê determina o preenchimento das terras inexploradas ou os territórios não ocupados. Hoje, o intenso trânsito dos navios são por vezes imperceptíveis, entre as partidas e chegadas em portos distantes, neles são transpostas paisagens inteiras em alto mar, e o mar se transforma num fluxo insondável de matérias. A terra não somente como uma disputa da superfície e da demarcação das fronteiras, mas matéria econômica que conforma os arranjos da superfície. Assim, o campo minado do subsolo avança e amplifica silenciosamente as escavações - a terra/minério/nióbio ou ouro como matéria da economia, produz vestígios em procedimentos violentos de decomposição e apropriação. Tais perfurações catastróficas, indicam em seus destroços e detritos o jogo de apropriação territorial.

#### **Resumo individual 3**

**Autora:** Priscila Musa

Na escala da vida ordinária, à altura do olho, a cidade é condicionada, e não submissa, à relação de poderes e forças que vão desde a presença e a ausência do poder público - municipal, estadual, federal, “global” - com sua disciplina belicosa do poder “político”, às imposições e ao ordenamento do austero poder econômico, ao comando violento daqueles que detêm o poder de ordenar a visibilidade e a discursividade. Mas a cidade é também o que dessas forças escapa pelas bordas, o que

delas resta, o que delas se apaga, o que delas não nos alcança. Mesmo nas condições mais inóspitas e duramente inumanas, há alguns pedaços de cidade que resistem na potência de suas trincas. Há algo que consegue romper o ordenamento do tempo, do espaço e do corpo e instituir outras cidades. Isso é o que alguns movimentos de ocupação do espaço de uso público conseguem constituir de mais potente, criando rupturas no espaço-tempo da cidade. O trabalho a ser apresentado é uma reflexão sobre a produção e circulação de fotografias dos movimentos de ocupação coletiva do espaço de uso público de Belo Horizonte e de diversas cidades do mundo. Foi desenvolvido a partir da vivência junto a alguns movimentos e grupos, do compartilhamento de fotografias e vídeos e da construção coletiva da pesquisa através de rodas de conversa. É uma investigação acerca da potência expressiva da imagem fotográfica enquanto desestabilizadora de espaços e tempos socialmente estabelecidos e a sua capacidade de redistribuir o sensível, a partir da análise da relação entre os seus agentes – fotógrafa, fotografado, espectador e câmera.

**Resumo individual 4**

**Autora:** Lousie Ganz

A partir de uma expedição pelo Rio São Francisco, feita no sudoeste da bahia, na região da Serra do espinhaço, o grupo Thislandyourland realizou coletas de materiais, desenhos, registros fotográficos e narrativas de viagem, ao modo das expedições naturalistas dos séculos XVIII e XIX no Brasil e na América Latina focados em um assunto: os modos de ocupação e uso da terra. O objetivo desta comunicação é discutir os resultados de tal expedição em confronto com as experiências em escalas espaciais diversas que foram paulatinamente revelando os conflitos, as diferenças na forma de ocupar o espaço e, inevitavelmente, os diversos modos de viver e pensar as relações com a terra. Simultaneamente, sinais de localidade e de globalidade foram se revelando, ora mais acentuados, ora menos perceptíveis. Atravessando de carro terras planas, rodeadas de terrenos irrigados, com plantios extensos de batatas, onde não se avista ninguém, conflitos invisíveis foram tornando-se visíveis aos olhos experimentados. Da genealogia das mangas avistadas e experimentadas na expedição, das batatas, dos milhos, do algodão e de muitos outros, revela-se hoje uma condição na qual pais desconhecidos ou ascendências nobres são inventadas, geneticamente manipuladas e sem ter laços com os lugares que ocupam. Por isso, geram paisagens atormentadas, melancólicas ou resistentes. Mais ainda, interferem nos corpos urbanizados.

\*\*\*\*\*

**Sessão:** CC\_04E

**Horário:** 06/10/2016 das 17:00h às 18:30h

**Local:** Sala 4079 da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE)

**Título da comunicação coordenada (submissão 111)**

Análise de representações hegemônicas e contra-hegemônicas emergentes em discursos produzidos pelas (e sobre) as mulheres em diferentes corpora e suportes

**Eixo temático:** Gênero e diversidade cultural

<b>Participantes</b>	<b>Afiliação</b>
Cláudio Humberto Lessa (Coordenador)	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Pós-doutor em Análise do Discurso pela UFMG Professor do CEFET-MG Coordenador do grupo Narrar-se CEFET-MG	
Erika Cristina Dias Nogueira	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Estudos e Linguagem do CEFET-MG Jornalista	

Membro do grupo Narrar-se CEFET-MG	
Lílian Arão	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Doutora em Linguística pela UFMG Chefe do Departamento do DELTEC – Departamento de Linguagem e Tecnologias do CEFET-MG Membro do grupo Narrar-se CEFET-MG	
Marco Túlio Pena Câmara	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Mestrando do Programa de Pós-Graduação de Estudos e Linguagem do CEFET-MG Jornalista Membro do grupo Narrar-se CEFET-MG	
<b>Resumo Geral</b>	
<p>Nesta seção, analisamos discursos produzidos por mulheres (narrativas autobiográficas, impressas em livros e no espaço virtual - Facebook) e sobre mulheres (circulantes na mídia mainstream) a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Nesses textos, observa-se uma tensão entre argumentações e enquadramentos da realidade hegemônicos e contra-hegemônicos. Segundo Boaventura Souza Santos (2006), a sociedade civil, ao longo da história, criou várias formas de atuação política; assim, é possível pensar que existem várias sociedades civis, não somente uma, nas quais tipos diversos de poder encontram-se em disputa. O sociólogo os relaciona ao que chama de espaços estruturais de poder: o doméstico, o da produção, o do mercado, o da comunidade, o da cidadania e o mundial. Eles constituem matrizes geradoras de desigualdade/opressão; mas ao mesmo tempo, de lutas emancipatórias. No espaço doméstico, observa-se o domínio do marido/pai sobre a mulher e o filho; a forma de poder historicamente constituída é a do patriarcado e se manifesta nas instituições do casamento, da família e em outras práticas. Para o referido sociólogo, o discurso patriarcal deveria ser combatido pelo discurso de libertação da mulher, de cooperação (partilha de autoridade), das comunidades afetivas e da democracia. As formas de poder entretidas nesses espaços naturalizam representações e identidades hegemônicas; neles, são produzidos sentidos comuns dominantes (mapas de estruturação-ação); mas, ao mesmo tempo, discursos contra-hegemônicos, aqueles dos novos movimentos sociais que lutam pela visibilidade, cf. também, Rousiley Maia (2008) e que produzem argumentações e posicionamentos para estatuir novos conhecimentos e novas representações em prol da emancipação. Assim sendo, pretendemos mostrar como, nas narrativas, emergem representações da mulher que ora nos remetem à conformação aos discursos e identidades de gênero naturalizados, ora sinalizam o processo de luta pelo empoderamento e pela libertação da mulher. Os membros dessa seção integram o grupo Narrar-se CEFET-MG, voltado ao estudo de narrativas autobiográfica.</p>	
<b>Resumo individual 1</b>	
<b>Autor:</b> Cláudio Humberto Lessa	
<p>Nesta comunicação, analiso um corpus de textos autobiográficos de alunas da EJA (Educação de Jovens e Adultos) resultantes de um projeto desenvolvido em uma escola pública de Belo Horizonte, no contexto de minhas aulas de Língua Portuguesa, entre 2004 e 2013. Busco mostrar como as alunas reconstróem lembranças das relações de poder/opressão vividas/sofridas em diversos espaços estruturais de poder (cf. BOAVENTURA SOUZA SANTOS, 2006): doméstico, da produção e da cidadania. Enfatizo como essas alunas, a partir de uma instância de enunciação-presente, sustentada por um eu-aqui-agora (MIRAUX, 2008), projeta, em seu dizer, um eu-lá-antigamente, caracterizado como criança/adolescente sujeita ao trabalho infantil, à privação de bens culturais e materiais, à educação, à conformação à divisão do trabalho doméstico segundo papéis de gênero e à discriminação. Analiso a enunciação autobiográfica a partir de Bakhtin (2006), Miraux (2008) e Namer (1987). Segundo Bakhtin (2006), o sujeito ao falar de sua vida realiza um ato estético e ético: trata-se de uma auto-objetivação na qual o eu assume uma posição axiológica para avaliar a si mesmo, a partir do horizonte axiológico que o constitui no presente (sistema de valores, ideologias, referenciais éticos e morais). Além disso, nesses textos, observa-se um projeto retórico, cf. Namer (1987) quem defende que a memória possui natureza social, sua expressão é determinada pelos</p>	

rituais linguageiros vigentes em uma época e em uma cultura; antes de ser expressa, a memória é “ruminada”, ordenada a partir de uma intencionalidade. Assim, é possível observar, nos relatos, diversos tons retóricos: de nostalgia, de tristeza, de sofrimento, de baixa-estima, mas também de superação, de empoderamento de uma mulher-estudante que volta aos estudos e passa a se orgulhar de si. Para analisar o projeto retórico subjacente ao discurso das alunas, examino as marcas de subjetividade indicadoras das avaliações que as enunciadoras realizam sobre as desigualdades sociais vividas.

### **Resumo individual 2**

**Autora:** Erika Cristina Dias Nogueira

No Brasil contemporâneo, considerado o mais perigoso do mundo para o ativismo ambiental, as mulheres ambientalistas encontraram no site de rede social digital Facebook um espaço confortável para sua expressão militante. Um lugar em que as vozes femininas, silenciadas durante séculos pela sociedade patriarcal, são ecoadas com maior facilidade e rapidez e que, a partir de seu uso e apropriação, pode contribuir para a reflexão engajada e a troca comunicativa, transformador de comportamentos e hábitos. Diante desse cenário propício à atuação ativista, analisamos discursivamente as autonarrativas digitais de mulheres ambientalistas divulgadas em seus perfis no Facebook. Baseamo-nos no estudo de doutorado já em andamento, que investiga, inicialmente, a narratividade digital nos perfis das brasileiras Ana Paula Maciel e Mayan Maharishi. Utilizamos como base teórica e metodológica, a análise do discurso, principalmente, a partir de Charaudeau (2012), Dias (2014) e Paveau (2014), discorrendo sobre os discursos digitais de forma constitutiva, qualificando todos os traços verbais e não-verbais que podem vir a contribuir para a transformação sócio-ambiental a partir do uso do Facebook como ferramenta ativista. Durante as análises, verificamos que as mulheres utilizaram em suas autonarrativas estratégias de legitimação para situarem e alicerçarem seu lugar de fala. Desde o emprego de elementos gráficos e dialogais que são nativos digitais, como hashtags e emoticons, passando pelo compartilhamento da intimidade em narrativas fragmentadas e fotográficas, até a utilização de recursos retóricos verbais próprios do discurso autobiográfico e militante; visando nesses desconstruir pontos de vistas hegemônicos e apresentar uma argumentação contra-hegemônica, antimachista e de defesa e exaltação da natureza.

### **Resumo individual 3**

**Autora:** Lílian Arão

Esse trabalho é resultado de análises feitas no âmbito do projeto de iniciação científica intitulado “A mulher no contexto da educação profissional técnica do CEFET MG nas décadas de 60 e de 70”, que encontra-se ainda em fase de execução. O recorte de tempo por nós delimitado justifica-se pela peculiaridade da presença de mulheres no universo de uma escola que levava como insígnia o nome Escola Técnica num período de regime de exceção no qual o Brasil se encontrava. Além disso, esse período é marcado pela generalização da profissionalização no ensino médio, com a transformação do modelo humanístico/científico em científico/tecnológico, o que nos leva a indagar como era o cotidiano dessas mulheres nesse contexto. Historicamente as mulheres foram afastadas do círculo criativo da produção científica e tecnológica, o que limitou a atuação das mulheres fora da esfera privada da casa durante séculos, fato que pode ser evidenciado pela sua ausência em carreiras técnicas ao longo de décadas. Hoje, aparentemente, não há impedimentos para o acesso das mulheres à educação, mas ainda verifica-se uma série de barreiras que restringem sua participação no universo androcêntrico das carreiras técnicas tecnológicas. Diante disso, não há como negar o pioneirismo de mulheres que ingressaram nos cursos técnicos no CEFET MG nas décadas de 60 e 70. Dar a voz a essas mulheres é trazer à tona um retrato de nossa sociedade e instituição que nos faz (re)pensarmos a relação ensino técnico, gênero e trabalho. Nossas análises baseiam-se nos princípios epistemológicos da análise de discurso francesa e tem objetivo o entendimento da relação entre linguagem e representação de si, por meio do estudo das identidades e dos imaginários sociodiscursivos construídos nos relatos.

#### Resumo individual 4

**Autor:** Marco Túlio Pena Câmara

Fortalecido no Brasil na década de 1970, o movimento feminista alcançou muitas conquistas em diversos campos, principalmente na política. Mesmo com tantas conquistas, a falta de representatividade e a discriminação sobre a imagem feminina ainda estão presentes e enraizadas na sociedade. Marcado pelo machismo, o discurso hegemônico da grande mídia insiste em definir o perfil ideal da mulher\_ preocupada com a aparência, discreta, submissa e dependente do homem. Recentemente, dois grandes veículos impressos reproduziram tal discurso, traçando perfis de mulheres relacionadas à política. A revista IstoÉ trouxe, em sua capa, a reportagem intitulada “As explosões nervosas da presidente”, onde retrata a então presidenta Dilma Rousseff como uma pessoa desequilibrada e sem condições emocionais para governar o Brasil. No mesmo mês, a revista Veja publica a matéria “Bela, recatada e do lar”, onde descreve o perfil de Marcela Temer, esposa do então vice-presidente Michel Temer, considerando-o como um homem de sorte por tê-la como cônjuge. Com base nesse corpus, o objetivo é analisar a representação da mulher na mídia, a partir de contribuições feitas por Freire Filho (2015). Para este estudo, é fundamental tentar entender como se dá a construção de notícias e seus possíveis enquadramentos, que representam o posicionamento da empresa, como analisam Albuquerque (1998), Charaudeau (2012) e Porto (2004). Com isso, percebeu-se que há uma estreita relação entre os enquadramentos da mídia, os processos de deliberação política dos cidadãos e a própria viabilidade de um sistema genuinamente democrático, pois a grande mídia privilegia determinadas interpretações hegemônicas da realidade. Portanto, torna-se fundamental a presença de discursos contra-hegemônicos para a melhor representatividade e construção de identidade política e feminina, livre de discriminação e estereótipos.

\*\*\*\*\*

**Sessão:** CC\_04F

**Horário:** 06/10/2016 das 17:00h às 18:30h

**Local:** Sala 4107 da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE)

**Título da comunicação coordenada (submissão 74)**

Territorialidades e língua(gens): múltiplas identidades em jogo

**Eixo temático:** Identidades e línguas

**Participantes**

Clarisse Maria Castro de Alvarenga (Coordenadora)

**Afiliação**

Universidade Federal de Minas Gerais

Doutora em Comunicação Social (UFMG) e mestre em Multimeios (Unicamp). É professora adjunta da Faculdade de Educação da UFMG, onde atualmente coordena a área de Línguas, Artes e Literatura do curso de Formação para Educadores Indígenas (FIEI). Tem interesse nos seguintes temas: cinema brasileiro, cinema documentário, vídeo popular, audiovisual comunitário e cinema e educação. Seu trabalho envolve um foco especial em filmes feitos sobre/com/por grupos indígenas, tema de sua tese de doutorado, que recebeu o prêmio de Melhor Tese concedido pela Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação Social (Compós), em 2016. Integra o corpo editorial da revista Devires Cinema e Humanidades. Entre os filmes que dirigiu estão os longas-metragens Homem-peixe (2016) e Ô de casa! (2007). Nas décadas de 1990 e 2000, participou de diversas propostas de realização audiovisual coletivas e oficinas de vídeo envolvendo comunidades e grupos minoritários no Brasil.

Maria Gorete Neto

Universidade Federal de Minas Gerais

Doutora em Linguística Aplicada (UNICAMP, 2009), Professora Adjunto do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenadora do curso de Licenciatura em Formação Intercultural para Educadores Indígenas da UFMG. Interesses: ensino de

português como primeira e segunda línguas para falantes indígenas; identidades; letramentos acadêmicos.

Email: alidaufmg@gmail.com

Shirley Aparecida de Miranda

Universidade Federal de Minas Gerais

Graduada em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1993), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (1998), Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2008) e Pós-Doutoramento em Ciências Sociais no Centro de Estudos Sociais – CES/ Universidade de Coimbra (2016). Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Administração Escolar. Integrante da coordenação do Programa Ações Afirmativas na UFMG. Integrante da equipe de docentes do Curso de Formação de Intercultural de Educadores Indígenas (licenciatura). Representante Suplente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação na Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena. Integrante da linha de pesquisa Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas do Programa de PósGraduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social. Desenvolve pesquisas sobre políticas educacionais e diversidade étnico-racial e cultural com enfoque na educação indígena e educação quilombola, tematizando relações de poder-saber e gênero. Atualmente, coordena as pesquisas Educação e Relações Étnico-Raciais: O Estado da Arte e Políticas de diversidade e convergências na educação indígena e quilombola: o desafio da gestão escolar. Últimos artigos publicados: Dilemas do reconhecimento: a escola quilombola “que vi de perto”. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), nº 08, vol. 18. 2016. pp 68-89. Saberes emergentes: a pesquisa com professoras indígenas. Revista do NETE, nº 1, vol. 25. 2016.

Josiley Francisco de Souza

Universidade Federal de Minas Gerais

Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino (DMTE) da Faculdade de Educação (FAE). É doutor em Literatura Comparada (2012), pela Universidade Federal de Minas Gerais. Em sua tese, intitulada Do canto da voz ao batuque da letra: a presença africana em narrativas orais inscritas no Brasil, analisou ressonâncias africanas em contos de tradição oral registrados no Brasil e publicados em livro. É mestre em Literatura Brasileira, pela UFMG (2006) e graduado em Letras (Licenciatura: Língua Portuguesa), pela mesma Universidade (2000). Possui atuação nas áreas de Letras e Educação, com desenvolvimento de pesquisa especialmente em temas ligados à oralidade, Literatura e Língua Portuguesa. É também contador de histórias e, além de se apresentar em eventos, ministra oficinas com o objetivo de discutir e desenvolver a arte oral de contar.

### Resumo Geral

Nas últimas décadas, o mundo vem experienciando profundas e complexas transformações geradas por variados processos de globalização geocultural. Multiterritorialidades, multilíngua(gens) e múltiplas identidades são forjadas em tempos e espaços fluidos que potencializam fluxos e contatos de pessoas, marcados por disputas e conflitos. Nesta comunicação coordenada, propõe-se uma discussão em que esses conceitos estão imbricados. Alvarenga, em ‘Cinema, desterritorialização e tradução: acerca do processo de realização de Homem-peixe’, focaliza o processo de realização do filme ‘Homem-peixe’ e a experiência de desterritorialização de Juscelino Rocha de Alkimim, morador da zona rural no norte de Minas Gerais, refletindo sobre o papel do cinema nesse e em outros processos que envolvem a desterritorialização e a tradução. Por sua vez, Gorete Neto em ‘A formação de professores indígenas para o ensino de línguas nas aldeias: questionando o conceito de “língua” apresenta uma reflexão sobre a utilização de construtos teóricos cristalizados e suas implicações para as construções identitárias minoritárias, tais como a indígena. Na investigação ‘Ser quilombola: linguagens de reconhecimento’ , Miranda discorre sobre jogos enunciativos, em duas comunidades quilombolas, nos quais são evidenciadas as tensões entre o estigma da escravidão, os estereótipos que demarcam subalternidades e as estratégias para suplantar as práticas de segregação e de racismo em procedimentos nos quais signos são rearticulados para compor uma cultura de sobrevivência. Por fim, Souza em ‘No vau de vozes afro-brasileiras’, através das narrativas contadas e registradas por Pedro Braga, contador de histórias do Vau, povoado do município de Diamantina, em Minas Gerais, faz uma reflexão sobre como entrecruzamentos culturais podem ser observados de modos diversos em narrativas de tradição oral, como, por exemplo, na análise de personagens ou do enredo de histórias, ou na análise da língua portuguesa nos contos, que, assim como as próprias narrativas, constituem-se como elementos de inscrições e contatos de culturas diversas.

### Resumo individual 1

**Autora:** Clarisse Maria Castro de Alvarenga



Neste trabalho, é meu objetivo deter-me sobre o processo de realização do filme Homem-peixe (2016, 70'). Em 2009, convidei Juscelino Rocha de Alkimim, habitante do Norte de Minas Gerais, então com 48 anos de idade, para fazer uma viagem rumo ao litoral brasileiro. Ele nunca havia saído do território onde nasceu e vive até os dias de hoje. Por meio da experiência do filme, pode deixar a pequena comunidade em que habitava, localizada na área rural de Bocaiúva, e vir conhecer o mar. Profundo conhecedor do seu território e de sua realidade, ele se desterritorializa (DELEUZE e GUATARRI, 1997) e busca traduzir o que estava vivendo como forma de compreender e se situar dentro desse outro território. Ao final, ele retorna para sua comunidade e procura compartilhar com seus parentes a experiência vivida a partir da projeção das imagens e dos objetos que recolheu durante a viagem: conchas, mudas de coqueiro, água do mar. Minha proposta, ao focalizar a o processo de realização de Homem-peixe e a experiência de desterritorialização de Juscelino, é refletir sobre o papel do cinema nesse e em outros processos que envolvem a desterritorialização e a tradução. Espera-se que a reflexão possa contribuir para as investigações sobre a apropriação do cinema em cenários não urbanos.

#### **Resumo individual 2**

**Autor:** Maria Gorete Neto

Um dos desafios na formação de professores indígenas para o ensino de línguas nas escolas das aldeias é discutir o conceito de língua e seus derivados. Isso ocorre porque nem sempre o arcabouço teórico padrão responde às realidades sociolinguísticas de inúmeros povos indígenas brasileiros, em especial aqueles que falam o português como primeira língua e/ou que estão em processo de revitalização linguística. Neste sentido, esse artigo objetiva investigar como o referido conceito tem sido apropriado por universitários indígenas do curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas da Universidade Federal de Minas Gerais, da habilitação "Línguas, Artes e Literatura". Com aporte em estudos do multilinguismo (Maher, 2007; Canagarajah, 2013; Bloommaert, 2013) e em autores que investigam as implicações do conceito de língua em contextos sociolinguísticos minoritarizados (César e Cavalcanti, 2007), a análise tem como corpus monografias de conclusão de curso de graduação dos estudantes indígenas, planos de aula e diários de campo da professora pesquisadora e autora desse trabalho. Os resultados preliminares indicam um processo de ressignificação do conceito em foco pelos estudantes indígenas, adequando-o às suas realidades locais. Espera-se que a pesquisa em andamento contribua para a reflexão, em contextos de formação de professores, sobre conceitos teóricos cristalizados e suas implicações para cenários sociolinguisticamente complexos, tais como o indígena.

#### **Resumo individual 3**

**Autora:** Shirley Aparecida de Miranda

O debate sobre quilombos no Brasil não é recente. Entretanto, foi no contexto do reconhecimento jurídico que emergiram as comunidades remanescentes de quilombo, fenômeno que convoca disputas em torno das garantias de direitos sociais. As tensões entre as definições de remanescentes ou descendentes de comunidades negras no Brasil, assim como o debate acerca da reparação material e simbólica engendra processos jurídicos que adiam o alcance de direitos territoriais. Nesse cenário, os deslocamentos semânticos na definição dos quilombos no Brasil implicam em sínteses de diversos aspectos – políticos, históricos, territoriais, étnico-raciais – e atravessam o que se poderia atribuir como identidade quilombola. Considerando o debate proposto pelos estudos culturais em relação ao conceito de identidade (Hall) e tomando por base a crítica pós-colonial que propõe a cultura como lugar promulgador de tempos, significados e espaços narrativos (Bhabha), essa comunicação pretende discorrer sobre os jogos de enunciação observados em duas comunidades remanescentes de quilombos em Minas Gerais, uma localizada no Vale do Jequitinhonha e outra na região metropolitana de Belo Horizonte. Busca-se evidenciar as tensões entre o estigma da escravidão, os estereótipos que demarcam subalternidades e as estratégias para suplantar as práticas de segregação e de racismo em procedimentos nos quais signos são rearticulados para compor uma cultura de sobrevivência. Os distintos significados de quilombo e quilombola manejados em práticas discursivas indicam a complexidade de uma identidade negociada, forjada em mecanismo de invisibilidade ativamente produzida e de visibilidade insurgente. A inauguração de "quilombolas" traz à tona, além do reconhecimento de direitos coletivos, o problema da diferença cultural, ou da articulação da cultura, como produção irregular e incompleta de sentido e valor. Conclui-se que "ser quilombola" configura um agenciamento que cria uma textualidade simbólica a estabelecer modos pelos quais os outros objetificados insurgem-se como sujeitos viáveis de história, narrativas e experiências.

#### Resumo individual 4

**Autora:** Josiley Francisco de Souza

A arte oral de contar histórias, que por muito tempo foi uma atividade fundamental de diferentes sociedades para garantir a manutenção de memórias e saberes transmitidos no tecido das narrativas, revela variadas ressonâncias e diálogos entre culturas negro-africanas e brasileiras em contos orais que foram registrados em diferentes regiões do Brasil. Esses entrecruzamentos culturais podem ser observados de modos diversos em narrativas de tradição oral, como, por exemplo, na análise de personagens ou do enredo de histórias, ou na análise da língua portuguesa nos contos, que, assim como as próprias narrativas, apresenta-se como um elemento de inscrições e contatos de culturas diversas. Um exemplo po de ser observado por intermédio de narrativas contadas e registradas por Pedro Braga, contador de histórias do Vau, povoado do município de Diamantina, em Minas Gerais. Esse contador representa um caso particular entre os contadores de histórias de tradição oral, pois, além de contar pela palavra falada, contou também no uso da escrita. Pedro Braga deixou vários cadernos manuscritos em prosa e verso, em que registrou, além de sua própria vida, histórias transmitidas por gerações pela palavra oral que chegaram até ele por intermédio de seus antepassados. Em seus cadernos, com uma escrita que se orientava pela expressão sonora das palavras e não pelas regras da gramática do português escrito padrão, Pedro Braga registrou muitas narrativas que remontam ao período em que o Vau, localizado na região da antiga Comarca do Serro Frio, conviveu com o auge da atividade de mineração no século XVIII. Nessas histórias, o personagem negro surge como personagem de importância fundamental para a memória do povoado e aponta p ara as várias contribuições negro-africanas na constituição de diferentes expressões da cultura brasileira.

\*\*\*\*\*

**Sessão:** CC\_04G

**Horário:** 06/10/2016 das 17:00h às 18:30h

**Local:** Sala 4108 da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE)

**Título da comunicação coordenada (submissão 23)**

Diáspora africana e sua adaptação ao Novo mundo.

**Eixo temático:** Fronteiras e migrações

**Participantes**

Alisson Eugênio (Coordenador)

**Afiliação**

Universidade Federal de Alfenas

Graduada em Letras Tradutores e Intérpretes pelo Centro Universitário Ibero Americano (Português, Inglês e Alemão, 1978). Tem mestrado e doutorado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1989 e 1998) e pós-doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, 2007). Atualmente é membro do Conselho Editorial de 9 Revistas Científicas da área, incluindo Intercâmbio (PUC-SP, 1413-4055), Revista D.E.L.T.A. (PUC-SP, 0102-445) e Revista The ESPecialist (PUC-SP, 0102-7077). É professora adjunta 4 no Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal de Lavras. Foi vice-coordenadora e coordenadora do Grupo de Trabalho Formação de Educadores na Linguística Aplicada, vinculado à ANPOLL. É professora permanente do Programa de Mestrado Profissional em Educação da UFLA. Pesquisa na área de Linguística Aplicada, com ênfase em Desenvolvimento de Educadores, Educação, Ensino-Aprendizagem de Línguas Adicionais, Avaliação de Aprendizagem, Identidade e Linguística Sistêmico-Funcional.

Hilton César de Oliveira	Universidade Estadual de Minas Gerais
<p>Mestranda em Letras: Estudos da Linguagem, desenvolvendo o Projeto: Performatividade, Colonialidade e Políticas Linguísticas: a identidade do professor de espanhol em instituições brasileiras, desenvolvido na linha de pesquisa: Tradução e Práticas Discursivas da UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto) e orientanda da professora Dra. Cassandra Muniz. Graduada em Letras, licenciada em Língua Portuguesa e Língua Inglesa (2014), pela UFLA (Universidade Federal de Lavras) e fui orientada pela professora Dra. Tania Romero. Experiência na área de Letras, com ênfase em Aprendizagem de línguas, identidade e cultura. Bolsista atividade no ano de 2010 na UFLA. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/UFLA, do projeto:Linguagem na Constituição do Educador e participante do Grupo de Pesquisa Ensino-aprendizagem de Línguas: Adicionais e Materna(UFLA/CNPQ). No ano de 2012 fiz intercâmbio pelo Programa de Mobilidade Mercosul (PMM) para a Universidad De La República Uruguay (UDELAR) em Montevideo, Uruguai. Fui tutora em EAD da UFOP do Curso de Especialização Uniafro: Promoção da Igualdade Racial na Escola no ano de 2015. Faço parte do GELCI (Grupo de estudos sobre Linguagens, Culturas e Identidades) da UFOP, coordenado pela professora Dr. Cassandra Muniz. Sou membro do grupo de pesquisa Linguagem e Identidade: abordagens Pragmáticas/UNICAMP, cadastrado no CNPq.</p>	
Rangel Cerceau Netto	Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH)
<p>Mestranda em Educação, com área de concentração em Formação de Professores e linha de pesquisa: Linguística Aplicada. Possui especialização em Educação Ambiental pela Universidade Federal de Lavras. Graduação em Letras pelo Centro Universitário de Lavras (2006). Realizou Intercâmbio Internacional na Europa (2008 - 2009) Programa voluntário , Exchange Volunteer Service (E.V.S).ONG Keric - Slovakia, atuando como professora de inglês e português. Atualmente faz correções ortográficas e verte artigos e resumos de trabalhos acadêmicos para estudantes da UFLA e demais instituições de ensino.</p>	
<b>Resumo Geral</b>	
<p>Milhões de africanos foram arrastados para as Américas pelos impérios formados por algumas nações européias entre os séculos XVI e XIX para suprir as suas colônias do Novo Mundo de mão de obra farta e barata. Os indivíduos que passaram por esse processo forçado de transição de fronteiras foram submetidos à escravidão; uma forma de organização da produção revigorada pelos colonizadores depois dela quase ter desaparecido ao final da Idade Média. Durante o longo tempo da vigência dessa modalidade de trabalho compulsório, os indivíduos a ela submetidos tiveram que se adaptar ao novo espaço onde foram escravizados. A adaptação às condições de trabalho, de saúde de arranjos familiares na América portuguesa será o tema dessa comunicação coordenada.</p>	
<b>Resumo individual 1</b>	
<b>Autora:</b> Alisson Eugênio	
<p>Vários relatos foram produzidos sobre a conversão dos negros ao cativo e os seus problemas de saúde. Um deles, Memória sobre os escravos e tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil (1793), escrito por um intelectual luso-brasileiro, de origem baiana, Luiz Antônio de Oliveira Mendes, será abordado nesta comunicação, na qual serão analisadas as suas considerações a respeito do deslocamento dos escravos, desde a sua captura no interior da África até o cativo no Brasil, com ênfase nos seu testemunho sobre a sua adaptação ao cativo, as condições de saúde e suas propostas para melhorá-la.</p>	
<b>Resumo individual 2</b>	
<b>Autora:</b> Hilton César de Oliveira	
<p>A presente comunicação apresentará o resultado de um trabalho de investigação sobre as formas de contenção à mestiçagem empreendida na Capitania de Minas Gerais, nos governo de dom Pedro de Almeida Portugal (1717-1721), dom Lourenço de Almeida (1721-1732) e no episcopado de dom frei Antônio de Guadalupe, a frente da Cúria do Rio de Janeiro (1725-1740), diocese essa, que naquela época controlava a Capitania das Minas. O que parecia ser um emaranhado de atos dispersos revelou-se em uma intrincada rede entre diversos organismos de poder atuantes nas Minas e na metrópole, que visava, senão de todo suprimir a mulaticie, pelo menos criar condições favoráveis para a proliferação da população branca. Sua principal motivação residia no fato de que a presença “indolente” dos mulatos sempre aparecia associada à constante instabilidade das Minas, em grande parte das correspondências oficiais trocadas entre a administração local e o Conselho Ultramarino. Na década de 1720, algumas iniciativas são tomadas com vistas a resolver o problema. Dom frei Antônio de Guadalupe e dom Lourenço de Almeida merecem destaque a esse respeito, por aplicarem medidas coercitivas à expansão da mestiçagem. A proibição do acesso à comunhão aos fiéis, que viviam em</p>	

concubinato, constante da pastoral redigida em 1726, deve ser colocada lado a lado com a iniciativa do governador das Minas em patrocinar o casamento via a emigração de casais das Ilhas, e a sugestão de que se impedisse a saída de mulheres das Minas sem a autorização real, assim como também a iniciativa de dom João V em determinar a dom Lourenço de Almeida, em 1727, a composição de uma lista na qual se apontasse a quantidade de pessoas que habitavam as Minas, precisando-se quantos eram brancos, mulatos, bem como quantos eram casados com mulheres brancas, mulatas ou negras.

### **Resumo individual 3**

**Autora:** Rangel Cerceau Netto

O trabalho constitui-se em mostrar os processos de mestiçagens e a formação da família mestiça na Capitania de Minas Gerais no período colonial. Por meio das devassas eclesiásticas propõe-se fazer análise comparativa entre as Comarcas de Sabará e do Serro do Frio para demonstrar como a família mestiça foi uma forma de organização social lastreada no universo profundamente mestiçado das Minas Gerais e do Brasil. A diversidade de procedências das pessoas, associada ao processo de intensa mestiçagem biológica e cultural, marcou as práticas, as representações socioculturais e o imaginário da sociedade colonial mineira. O perfil da família mestiça envolveu a mescla de indivíduos cujas qualidades (brancos, pretos, crioulos, mestiços, mulatos, pardos, cabras, mamalucos, cafuzos, caribocas, entre outros) e condições sociojurídica (livre, liberto e escravo) eram marcadas pelas distinções e identitárias que reproduziam diferenças biológicas e culturais. Assim, o trabalho busca aprofundar o conhecimento sobre o cruzamento das relações estabelecidas entre grupos e pessoas distintas, o que permite sintetizar a história de vida de muitos sujeitos sociais e suas famílias que, através dos variados relacionamentos concubinários, delinearam além das condições sociojurídica, as distinções de “qualidades” dos indivíduos e famílias.